



16º CONGRESSO BRASILEIRO DE
Alergia e
Imunologia
Pediátrica
Belém-PA

18 a 20
DE MAIO

HANGAR - Centro de Convenções e Feiras da Amazônia
Av. Dr. Freitas, s/n - Marco, Belém - PA, 66613-902



Trabalhos Científicos

Título: Doença imunoprevenível: Cobertura vacinal da poliomielite no Brasil entre 2017 a 2021

Autores: A vacinação é reconhecida como uma importante intervenção custo-efetiva para o controle global da incidência de doenças imunopreveníveis e redução de mortalidade. Todavia, no Brasil, tem sido observado uma preocupante diminuição da cobertura vacinal, trazendo o recrudescimento de doenças até então superadas, a exemplo da poliomielite. Analisar a tendência temporal e a distribuição por Unidades Federativas (UF) da cobertura da Vacina Inativada Poliomielite (VIP) no Brasil entre 2017 a 2021. Foi realizado um estudo descritivo, retrospectivo e quantitativo com base nos dados secundários fornecidos pelo Boletim Epidemiológico Vol.53, Nº 145, de 2022, do governo federal, disponibilizado pelo Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SI-PNI). As informações coletadas foram armazenadas e analisadas em uma planilha eletrônica do software Microsoft Excel. No período analisado, observou-se queda nas coberturas vacinais para poliomielite no Brasil, onde em 2017 a cobertura era 84,7%, em 2018 era 89,5%, tendo caído para 84,1% em 2019, 76,1% em 2020 e 70,00% em 2021. Foi decrescente o número de UF que alcançaram a meta de cobertura da VIP nessa mesma série histórica, de modo que 11,11% dos estados alcançaram a meta, no ano de 2017, os quais foram Rondônia com 108,18%, Ceará com 97,34% e Santa Catarina com 95,11%. No ano 2018 foram 18% dos estados, representados por Rondônia (101,89%), Ceará (111,08%), Alagoas (96,13%), Minas Gerais (97,75%) e Mato Grosso do Sul (95,95%), enquanto em 2019 apenas 3,7% dos estados atingiram a meta, representado apenas por Rondônia (98,26%). Em 2020 e 2021, nenhuma das UF atingiu a meta de 95% de cobertura vacinal. Observou-se decréscimo ao longo dos anos analisados, particularmente durante os anos pandêmicos da Covid-19, nas coberturas vacinais contra poliomielite nas UF's brasileiras. Essa baixa adesão a um fundamental imunobiológico dos 12 primeiros anos de vida da criança pode suscitar o risco de reintrodução e circulação de vírus, incluindo cepas selvagens. Diante disso, esses dados servem de alerta para elaboração de ações públicas em benefício do fortalecimento dos programas de imunização, aliado ao combate à desinformação sobre vacinação, e aos obstáculos advindos com o contexto de pandemia, valorizando, assim, a vacinação de crianças enquanto conquista da saúde pública.

Resumo: MÁRCIA MAYANNE ALMEIDA BEZERRA (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA(IDOMED)), EDILENE SILVA DA COSTA (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA(IDOMED)), DÉBORA EVELYN FERREIRA SILVA (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA(IDOMED)), ROSSELA DAMASCENO CALDEIRA (INSTITUTO DE EDUCAÇÃO MÉDICA(IDOMED))